

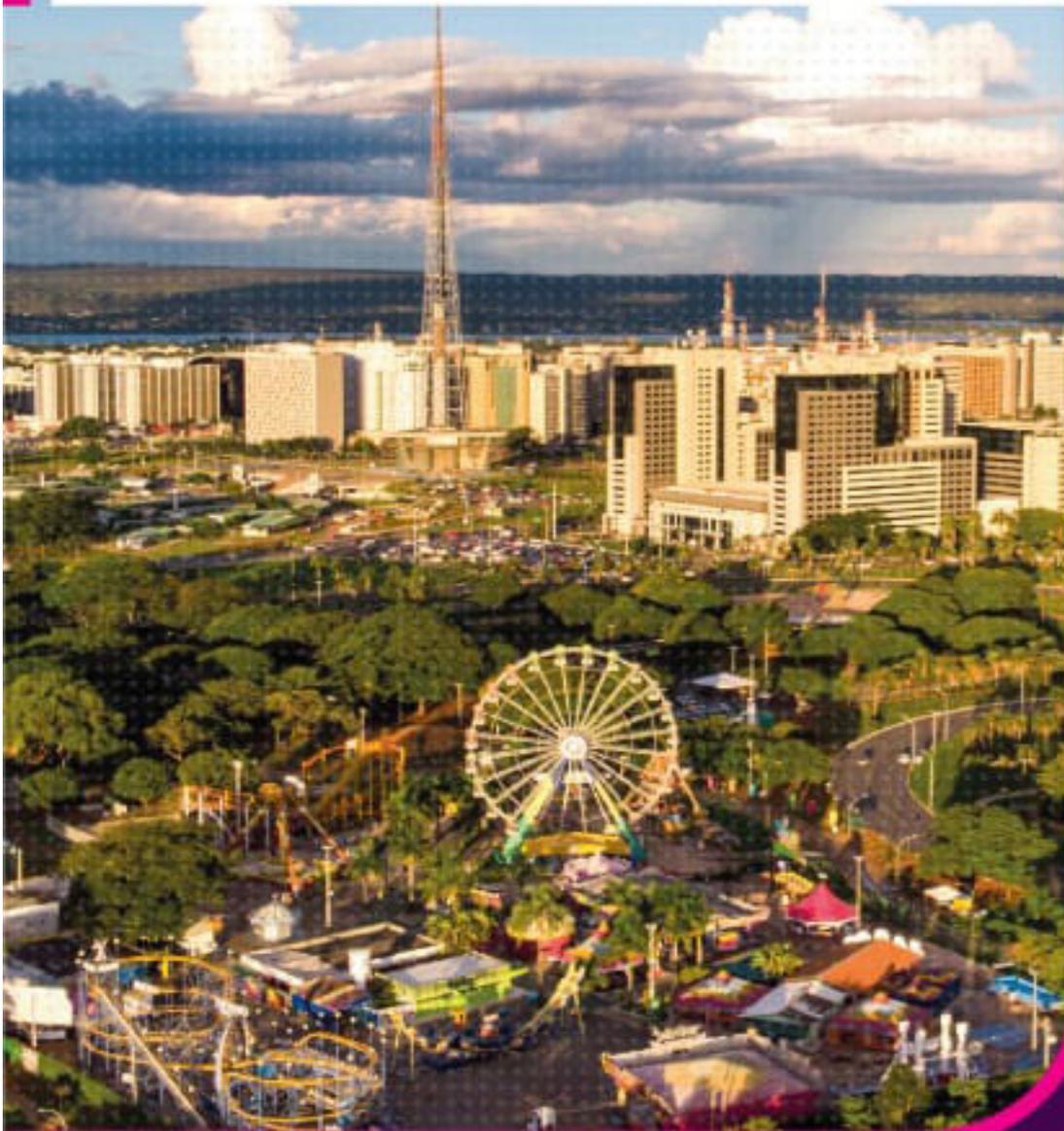
CEUB

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN: 2763-7298

REVISTA DA ARQUITETURA:

CIDADE E HABITAÇÃO



Primórdios da casa rural na ilha de Santa Catarina e sua evolução na globalização

Beginnings of the rural house on the island of Santa Catarina and its evolution in globalization

Milton Luz da Conceição

VOLUME 2 - NÚMERO 1 - JAN./JUN. 2022

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
A ADMISSÃO DA REURB NO DISTRITO FEDERAL: LEI COMPLEMENTAR Nº 986, DE 2021, E SEU DECRETO REGULAMENTADOR	11
Fabiana Ferrari Dias	
A GENTRIFICAÇÃO NA MALHA CICLOVIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	23
Daniele Sales Valentini e Leonardo Pierre Firme	
ESTUDO DA ERGONOMIA EM ATELIÊS DE ARQUITETURA E EM HOME OFFICE DURANTE E PÓS-PANDEMIA COVID-19	39
Joyce de Araujo Mendonça	
EXECUÇÃO DE UM PROJETO ESTRUTURAL DE EDIFICAÇÃO EM CONCRETOS DE DIFERENTES RESISTÊNCIAS À COMPRESSÃO: UM ESTUDO DE CASO COMPARATIVO DE CUSTOS COM BASE NO USO DO SOFTWARE EBERICK	49
Wanderson de Andrade Simplicio	
HABITAÇÕES COLETIVAS PARA PESSOAS PORTADORAS DE CÂNCER	61
João Renato Carneiro de Aguiar e Eliete de Pinho Araujo	
OBTENÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS: ANÁLISE DE TIPOS, MODELOS, EFICIÊNCIA E ESTUDO DE CASO	71
Bruna Montarroyos Brito	
O DIREITO DE CONSTRUIR E SEUS LIMITES	83
Joyce de Araujo Mendonça	
O DIREITO DO USO E OCUPAÇÃO DO SUBSOLO EM PRAÇA PÚBLICA: ESTUDO DE CASO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO DE METRÔ CENTRAL ÁGUAS CLARAS, DISTRITO FEDERAL	90
Rodrigo Bonna Nogueira	
PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM PROJETOS DE EDIFÍCIOS SUSTENTÁVEIS	103
Wanderson de Andrade Simplicio	
PRIMÓRDIOS DA CASA RURAL NA ILHA DE SANTA CATARINA E SUA EVOLUÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO	110
Milton Luz da Conceição	

Primórdios da casa rural na ilha de Santa Catarina e sua evolução na globalização*

Beginnings of the rural house on the island of Santa Catarina and its evolution in globalization

Milton Luz da Conceição**

Resumo

Podemos dizer que o espaço construído reflete sua diversidade cultural e espacial na arquitetura doméstica, intimamente conectada com a experiência de habitar. O surgir da habitação rural na Ilha de Santa Catarina é o objetivo principal deste artigo. Identificar estes elementos presentes no processo de ocupação de um território é fundamental em sua reconstrução histórica.

Palavras chave: habitar; colonização; aborígene.

Abstract

We can say that the built space reflects its cultural and spatial diversity in domestic architecture, intimately connected with the experience of living. The emergence of rural housing on the Island of Santa Catarina is the main objective of this article. Identifying these elements present in the process of occupation of a territory is fundamental in its historical reconstruction.

Keywords: dwell; colonization; aboriginal.

1 Introdução

Quando diversos elementos culturais e geográficos intervêm na formação e definição da identidade de um território, podemos dizer que o caráter do espaço construído reflete essa diversidade em sua arquitetura doméstica. Constituem-se em ferramentas primárias na arte de conceber os espaços e estão intimamente conectados com a experiência de habitar. Pensar a evolução territorial até nossos dias, requer a identificação desses elementos presentes no processo.

No processo de colonização iniciado no século XVII, se identifica na Ilha de Santa Catarina, o surgimento, concomitante, de uma zona rural no interior e uma zona urbana no núcleo principal. Conhecido como Nossa Senhora do Desterro, o núcleo principal vai ser mais tarde Florianópolis (localizado na figura 1). As arquiteturas habitacionais diferenciam o espaço rural do espaço urbano.

* Recebido em 08/07/2022

Aprovado em 01/03/2023

Este artigo está baseado em “Modos de habitar na ilha de Santa Catarina”. Projeto de pesquisa em curso registrado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

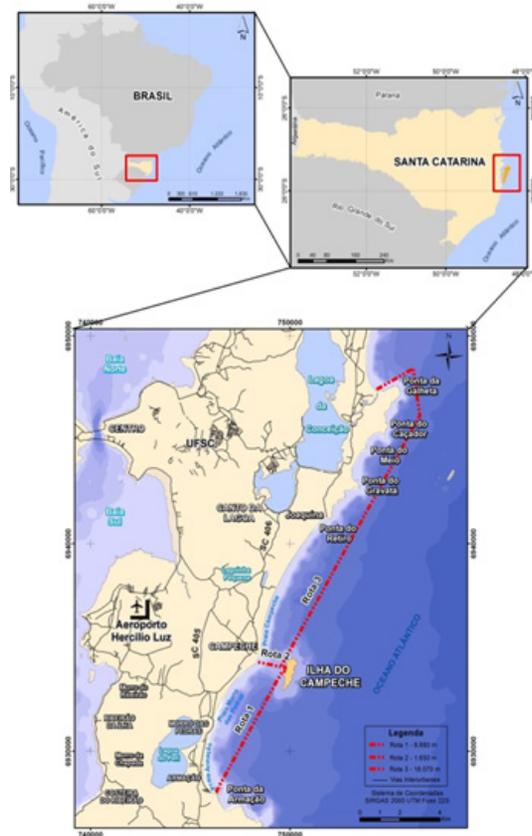
** Arquiteto e Urbanista pela UFSC, master em “Desenvolvimento Urbano” pela Universidade Politécnica de Madri-ES. Doutor em Geografia Humana pela Universidade Complutense de Madri-ES. Professor Associado II do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina-BR. miltonluzdaconceicao@gmail.com

Identificamos a forma de morar nesse espaço rural por meio dos signos provenientes da análise da arquitetura do habitat e de seus moradores. O estudo do rural requer a identificação desde os primeiros habitantes, sejam nativos, negros ou europeus colonizadores.

Os povos originários possuem sua localização na ilha denunciada pela localização dos sambaquis¹. Nas rotas 1, 2, e 3, presentes numa investigação da UFSC, vemos a principal concentração deles. Ainda nessa figura 1, podemos fazer uma aproximação ao território em estudo. Na mesma figura, os principais núcleos de colonização europeia surgiram a partir da chegada de colonos açorianos em 1750.

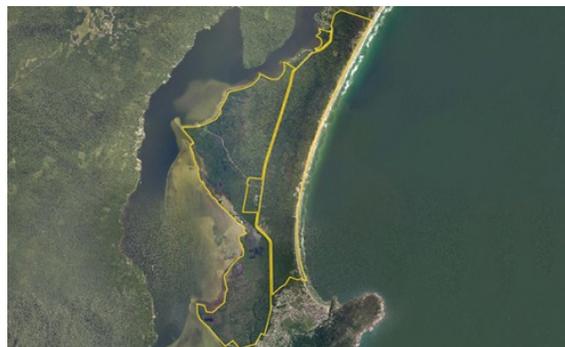
Identificamos a presença dos africanos e seu habitat juntamente à presença de colonos mais abastados. Porém, em casas isoladas, já que na ilha não se possuiu o hábito das “senzalas”², presentes em outras latitudes de Brasil. Destaca-se, também, o “quilombo”³ “Vidal Martins”, reconhecido na Portaria n.º 1.511, publicada no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2022. (Figura 2)

Figura 1: Aproximação ao território em estudo



Fonte: UFSC.

Figura 2



Fonte: imprensa.sc@incra.gov.br

¹ SAMBAQUI: “os sambaquis ou concheiros são depósitos construídos pelo homem, constituídos por materiais orgânicos e calcários que, empilhados ao longo do tempo, vêm sofrendo a ação das intempéries” <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sambaqui>

² SENZALA: “as senzalas eram grandes alojamentos que se destinavam à moradia dos escravos nos engenhos e fazendas do Brasil Colônia e do Império do Brasil entre os séculos XVI e XIX. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Senzala>

³ QUILOMBO: “os quilombos, também conhecidos como mocambos, foram comunidades formadas no Brasil durante o período colonial por africanos escravizados e/ou seus descendentes. Os quilombos são entendidos como espaços de resistência de africanos, uma vez que eram formados por escravos fugidos.” <https://mundoeducacao.uol.com.br/quilombos/>

2 O habitat rural

Ao longo de sua existência, a ilha de Santa Catarina foi ocupada por distintos grupos de aborígenes. Entre eles, estão os Carijós, pertencentes à grande Nação Tupi-Guarani, conforme Figura 3.

A importância desse grupo o destaca dos demais. São, porém, o terceiro grupo humano iden-

tificado como ocupantes dessa região. A divisão territorial desse grupo sobre a ilha estava condicionada às suas diversas tribos (Riberacô, Tinguá, Tameubre, Trinoga, Aboçapecau).

Figura 3



Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/>

Instalados, geralmente, nos espaços dunares dos atuais distritos de Ingleses, Lagoa da Conceição, e Campeche (Lagoa da Conceição e Campeche localizáveis na Figura 1), desenvolveram grandes habilidades ceramistas. Porém, o seu modo de produção se baseava na agricultura organizada cultivando milho, algodão, amendoim, tabaco, pimenta e abóboras.

A primeira informação documentada sobre a forma de vida desses nativos ocorre por meio do espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vacca em 1538, que tece comentários a respeito da forma de viver e da passividade além da boa receptividade desse grupo humano que reconhecia a ilha como “*Meiembipe*”.

Tanto para enseñarlos caminos como para servirlos en otras necesidades (Staden, 1930, p.64).

Apesar de ter sido este o primeiro contato documentado, os nativos já conheciam europeus desde 1516, vinte anos antes, quando fez escala na ilha a expedição, também espanhola, de Juan Dias Solis (Pauli, 1997 a). Solís anotou essa escala em seus registros como necessária para abastecimento e ma-

nutenção. Deu destaque a uma baía que denominou de “*los perdidos*” na latitude 27°, ao sul, que corresponde à ilha de Santa Catarina. O relato de 1549 do alemão Staden, já citado anteriormente, corrobora as informações. Staden, um naufrago letrado, demonstrou a índole pacífica desses nativos relatando, inclusive, ter encontrado a um europeu comandando uma tribo:

la aldea en donde moraban los nativos llamaba Acutia y el hombre que ahí encontramos se llamaba Juan Fernández Vizcaíno de la ciudad de Bilbao. Los nativos eran carijós y nos trajeron mucha carne y pescado y los retribuimos con anzuelos de pesca (in Pauli, 1997).

Não há dúvidas de que a chegada pelo mar de cada vez mais estrangeiros influenciou a cotidianidade daquela gente. Esse grupo aborígene, Carijós, recebeu, no interior da ilha, os primeiros europeus e seus escravos negros acrescidos, posteriormente, de 6.000 colonos procedentes dos territórios lusos insulares de Açores e Madeira entre 1748 e 1760. As trocas culturais entre europeus, nativos e negros estão no surgir da morfologia e dos usos e costumes de habitar na zona rural da Ilha de Santa Catarina. O habitat mais antigo é obviamente o dos nativos Carijós. Hans Staden é o que melhor descreve esse *modus vivendi* aborígene em suas tabas ou aldeias. Relata que as aldeias abrigavam entre 600 e 700 pessoas sob duas configurações de Ocas (casas). As ocas que eram cabanas retangulares coletivas de 40 a 160 metros de extensão por 10 a 16 metros de largura ou cabanas menores para pequenos grupos. Na figura 4 dois tipos, as paredes eram de pau-a-pique e a cobertura vegetal (Staden, 1930, p.67). (Figura 4).

Figura 4 – desenhos de Staden retratando o cotidiano dos nativos da ilha



Fonte: Stadem, H.1930 p.67.

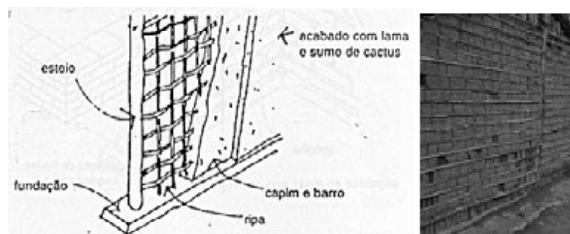
A arquitetura da casa dos nativos priorizava a vida e a propriedade coletiva. Já os colonizadores chegaram valorizando a vida e a propriedade individual.

No Brasil, há uma profusão de casas populares rurais. Dependendo de sua localização possuem diferentes raízes culturais e contextos geomorfológicos, sem perder, porém, suas raízes europeias.

O indício técnico de algo de origem local, nas primeiras construções luso/brasileiras, na ilha de Santa Catarina, se reduz às paredes internas das moradas, construídas em terra com a técnica do “pau a pique” (Figura 5) e cobertura de palha.

Assim, as primeiras construções usufruíram de sistemas construtivos indígenas, porém conservando os partidos e programas residenciais portugueses de casas retangulares e suas organizações espaciais. A inclusão do dormitório (alcovas) marca a conservação do espaço português. O indício de organização espacial local que chama a atenção nesses primeiros momentos é o deslocamento do fogo de cocção do centro do espaço português para o externo da casa numa tradição indígena concerne com o clima tropical.

Figura 5 – técnica do “pau a pique”



Fonte: Serraglio, 2004.

Os negros, por sua vez, absorvem bastante da forma de habitar indígena, sejam em comunidades quilombolas ou nas pequenas casas isoladas que se distribuíam entre os espaços livres das propriedades. No interior da ilha de Santa Catarina, não há grandes latifúndios. Sendo a agricultura presente em chácaras cultivadas por pequenos grupos de escravos, conseqüentemente não vamos ter a presença da senzala, a grande habitação coletiva para negros existente em outras latitudes de Brasil.

A influência indígena na habitação absorvida pelos negros e colonos pobres será desprezada e negligenciada pelos mais abastados em toda a colônia.

Os colonos empobrecidos que vão ser maioria na colonização da ilha de Santa Catarina são produto do fracasso da segunda leva colonizadora vindos das ilhas portuguesas (açorianos e madeirenses). Esse desastre econômico é creditado à proibição do comércio exterior, como manifestou o navegador russo Krusenstern, de passagem pela ilha em 1811:

no continente, como em toda a ilha, o solo é notavelmente fértil. Excelente café e açúcar é cultivado aqui. Mas como os navios estrangeiros somente podem comprar à vista, e nenhum dos habitantes deste núcleo pode mandar seus produtos para Europa; a perspectiva de comércio é praticamente nula (KRUSENSTERN *apud* BERGER, 1979).

O relato do capitão Krusenstern, do navio “Nadeshna”, integrante de uma expedição oficial do governo russo em 1803, revela a proibição dos portos brasileiros de fazer comércio com nações estrangeiras até 1808. A partir daí, a permissão foi dada somente aos portos do Rio de Janeiro e de Salvador, alijando os outros.

Mesmo depois de 1808, o território insular e suas adjacências continentais continuaram com

uma produção agrícola de subsistência. Os parques excedentes seguiam pelo porto de Nossa Senhora do Desterro, depois, Florianópolis, para outros portos do litoral brasileiro, formando, lentamente, uma dinâmica de navegação regular comercial costeira. Essas considerações demonstram a pouca importância que a corte dava à economia nesse território. Considerando esse quadro de desimportância econômica, os recém-chegados sofrem com o empobrecimento e uma luta constante pela sobrevivência, consequência do abandono por parte da gestão colonial. Esses açorianos possuíam sua cultura europeia já fragilizada por estarem afastados há mais de 300 anos do continente europeu⁴. Uma vez na ilha de Santa Catarina, agravados pela situação econômica, tiveram revertido o processo natural de aculturação entre portugueses e ameríndios. O fato é lembrado por Darcy Ribeiro em “O Povo Brasileiro” (1999, pág. 70):

entregues, porém, a seu próprio destino, acabaram aprendendo os usos da terra que estavam a seu alcance, através do convívio com os grupos já conformados pelas protocélulas brasileiras que se vinham expandindo ao longo do litoral catarinense. Fizeram-se matutos, ajustando-se a um modo de vida mais indígena que açoriano, lavrando a terra pelo sistema de coivara, plantando e comendo mandioca, milho, feijões e abóboras. Mesmo no artesanato praticado hoje nos núcleos de seus descendentes, não se pode distinguir peculiaridades açorianas. É essencialmente o mesmo das populações caipiras e assim deve ter sido no passado, para suprir suas necessidades de panos, de tralha doméstica feita de trançados e de cerâmica e de instrumentos de trabalho.

Os açorianos e madeirenses, logo, começaram a absorver os costumes locais. Na agricultura abandonaram o cultivo do trigo, e passaram a cultivar a mandioca sob a técnica conhecida como “coivara” que consiste em provocar uma queimada sob o pretexto de fortificar o solo, quando ele se esgotava

⁴ Gonçalo Velho Cabral iniciou a colonização dos Açores em 1457 chegando à ilha Santa Maria. Todas as ilhas já tinham sido visitadas por exploradores — quer portugueses, quer flamengos. A colonização das então desocupadas ilhas começou em 1439 com gentes sobretudo das províncias continentais do Minho, numa primeira fase e do Algarve e Alentejo. www.azoresweb.com capturado em 03.01.2020.

para esta cultura a substituíam por outra. Sem saber, faziam o manejo do solo. Com a mandioca se fabricava a farinha, sua principal alimentação, que, ao ser desidratada, podia ser armazenada por longos períodos. O colonizador europeu e o africano escravizado herdaram do nativo estes costumes: a coivara, e a produção de farinha de mandioca. Essa aproximação dos recém-chegados com o nativo permitiu uma perene convivência pacífica e uma miscigenação entre os dois grupos, surgindo a figura antropológica do “matuto ilhéu” ou o “mané” como se chama o natural do interior da ilha de Santa Catarina.

Assim, os colonos e seus escravos africanos assimilaram os frutos da terra, os banhos diários, a rede de dormir, incorporando, também, alguns termos com relação à arquitetura e à construção, a saber: *biboca* (casa pequena), *caiçara* (casa de palha), *capuaba a casa afastada* (casa distante), *jirau* (estrutura para guardar ferramentas), *maloca* (casa miserável), *tijupá* (casa de índio solteiro), *urupema* (entreamado para vedação), entre muitos outros.

A convivência descrita é completamente distinta da que ocorreu em outros pontos do Brasil, onde os colonizadores lusos se apropriaram de alguns conhecimentos indígenas a fim de aprender a viver nos trópicos, para, posteriormente, se envolver num processo de escravidão indígena que, por ter sido executado de uma maneira desafortunada, culminou com o extermínio dos grupos nativos e sua substituição por escravos africanos.

Como produto da curiosa e inédita miscigenação de conhecimentos entre indígenas e açorianos, soma-se a cultura africana, por meio de escravos e quilombolas.

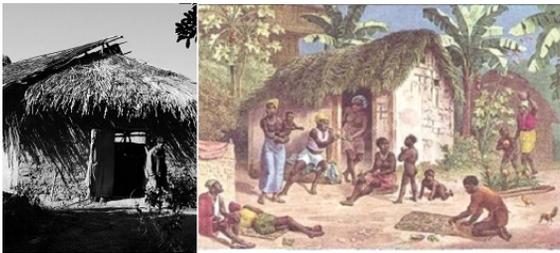
Então, se percorrêssemos a zona rural da ilha de Santa Catarina, em tempos de colonização, encontraríamos quatro morfologias de vivendas. A casa indígena, a casa de negros, a casa do colono pobre e a casa do colono abastado.

As três primeiras são idênticas, seja em sua aparência, nos materiais empregados ou no seu uso, consequência da forte influência indígena sobre as duas outras culturas. Com base nos muitos desenhos de Staden, foi possível identificar essa semelhança. A casa nativa mais comum na ilha nessas datas era a *casa tapirapé* (Figura 6), do grupo Tupi,

presente na investigação conduzida pelo professor Anderson Claro (2010) do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

A *casa tapirapé*, caracterizada pelo telhado de duas inclinações (Figura 4), é, portanto, o modelo mais incorporado pelos recém-chegados, sejam colonos pobres ou negros. Porém, ao sul da ilha, os telhados de quatro inclinações são também muito utilizados entre nativos, talvez pela predominância do forte vento sul.

Figura 6 – a esq. casa tapirapé utilizada por indígenas. A dir., escravos africanos



Fonte: A esq. fotografia de Danielkuaray à dir. www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br

Figura 7 – a esq. Casa de duas inclinações a dir. casa de quatro inclinações



Fonte: UFSC.

Figura 8 – engenho puxado por bois ao lado desenho de esquemático



Fonte: <https://engenho-dos-andrade.webnode.com/historia/> capturado em 3/01/2020 e Serraglio 2004.

Podemos, então, dizer que a casa rural que vai se formando no interior da ilha é fruto da miscigenação destes três grupos, colonos lusos, indígenas e africanos. Como comprovação, temos algumas casas, ainda, presentes em seu estado original segundo Serraglio (2004), mas propriamente ao sul da ilha, em local denominado “Sertão do Peri” dentro do Parque Municipal da Lagoa do Peri implantado em 1986. (Figura 8)

No engenho de farinha de mandioca, alimento fundamental na sobrevivência de todos, é possível perceber, com mais clareza, a comunhão entre essas culturas, visto que os recém-chegados, açorianos e africanos, passam a utilizar as mesmas técnicas, os mesmos equipamentos, e a reproduzir a mesma forma de construir dos nativos.

Quando a parede era de pau-a-pique), utilizavam-se pilares de pedra e esteios roliços de madeira, e, mais frequentemente, pilares de tijolos como estrutura. As vigas que sustentavam o telhado eram paus roliços na forma como eram retirados no mato e os caibros e ripas eram conseguidos com o lascamento contínuo da madeira com machado ou facão. (Serraglio, 2004).

Ao instalar-se, deveriam receber mantimentos, espingarda e munição, instrumentos de trabalho, sementes para cultivo, duas vacas e uma égua, bem como sustento alimentar no primeiro ano. Para a gente paupérrima das ilhas, essa dadivosidade parecia assegurar a riqueza. Alguns grupos estabeleceram-se na faixa litorânea, nas terras marginais do rio Guaíba, outros no litoral de Santa Catarina. A colonização açoriana foi um fracasso no plano econômico, como seria inevitável. Ilhados em pequenos nichos no litoral deserto, despreparados, eles próprios,

para o trabalho agrícola em terras desconhecidas, estavam condenados a uma lavoura de subsistência, porque não tinham mercado consumidor para suas colheitas. Depois de comer o suprimento de manutenção, deviam olhar-se, perguntando o que fazer. Eram chamados a se tornarem granjeiros numa terra em que o branco só admitia o status de senhor para dirigir a escravaria. (Ribeiro, D.1999).

Nas atividades rurais, dedicavam-se os colonos açorianos e seus escravos africanos à produção de mandioca, em substituição ao trigo — a que estavam familiarizados — à pesca e ao artesanato. Essa divisão do trabalho refletida sobre o território daria aos pequenos núcleos formados a partir de um projeto de ocupação insular⁵ da coroa portuguesa uma aparência similar às tabas, ou seja, casas homogêneas na pobreza, ao redor de uma igreja e um rocio com plantações ao redor de um engenho, geralmente de mandioca, nos arrabaldes.

Tanto os açorianos empobrecidos como os poucos africanos libertos absorveram, com facilidade, os costumes e a cultura dos já escassos nativos. Em poucos anos, pareciam-se mais a “matutos”, ajustando-se a um modo de vida mais indígena, renunciando a seus traços culturais. Isso não impediu que fosse esse grupo de imigrantes e seus escravos os responsáveis pelo primeiro fluxo de desenvolvimento baseado na agricultura do interior da ilha.

A casa do colono abastado (Figura 9) destacava-se das outras morfologias. Esse personagem, que havia se sobressaído no grupo local por diversos fatores, alguns por privilégios políticos, outros porque trouxeram consigo alguma riqueza, possuíam propriedades rurais maiores, economicamente mais

bem-sucedidas e um maior número de escravos. Na cultura agrícola, predominava o café e o algodão, sendo a mandioca de menor prestígio.

Figura 9 – a esq. Casa do colono abastado a dir. casa do colono pobre



Fonte: UFSC.

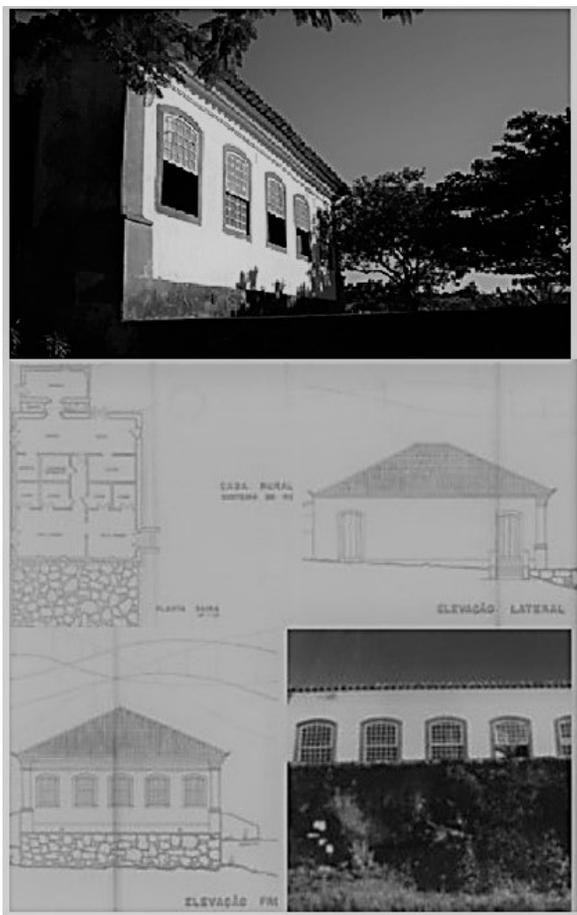
A chegada da Família Real ao Brasil (1808) dinamiza toda a economia do Sudeste com reflexos na ilha de Santa Catarina. Reflexos, logicamente, sobre as maiores propriedades e sobre os colonos mais abastados. Um dos indicadores e a chegada de um maior número de escravos africanos em seu auge entre 1808 e 1830. Esses africanos recém-chegados foram destinados à agricultura. Segundo estudo da professora Beatriz Gallotti Mamigonian, estima-se que quatro em cada dez propriedades rurais da ilha possuíam escravos em 1843. Numa média de cinco por propriedade que complementavam a mão de obra da família.

Dentro do quadro socioeconômico e cultural, já descrito, se manifesta vivamente, na morfologia territorial e na arquitetura a casa do colono abastado como é demonstrado com vários exemplos de construções ainda existentes e que se dedicavam à produção de farinha de mandioca, café, feijão, cachaça, milho e outros produtos de abastecimento, negociados no porto do Rio de Janeiro.

Destacamos como exemplo a casa rural (Figura 10) da costeira da localidade insular de Ribeirão da Ilha, já tombada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa construção remanescente do final do sec. XVIII é o mais conservado bem da época, em destaque o engenho de café e o de farinha separados da casa.

⁵ A ocupação insular por meio de núcleos fortificados dispersos pelo território, conectados entre si a um núcleo principal, é o paradigma de ocupação insular nas colônias ibéricas, a ilha de Santa Catarina não foge à regra. Essa ocupação gerava uma rede de caminhos que tinha no conjunto igreja/fortaleza elemento gerador de núcleos. Assim, pode-se dizer que, nesse período, todos os caminhos da ilha conduziam a uma vila fortificada. O Brigadeiro José da Silva Paes traça essa estratégia com base no núcleo principal da ilha (Nossa Senhora do Desterro – 1675). Seu sucessor, Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, e os governadores sucessores deste, fundam entre 1750 e 1772 as vilas de: Nossa Senhora das Necessidades (1750); Nossa Senhora da Conceição (1751); Nossa Senhora da Lapa (1756); São João do Rio Vermelho e Sant’Anna da Armação em 1772, implantando o modelo descrito.

Figura 10



Fonte: IPHAN.

Ao comparar as construções rurais existentes no interior da ilha com as construções lusas remanescentes no espaço dos núcleos urbanos, ou seja, os casarões ou as famosas casas de porta e janela construídas em linha, podemos constatar que a habitação rural da ilha de Santa Catarina, diferentemente das habitações urbanas (Figura 11), apresenta signos da miscigenação anteriormente descrita.

Figura 11



Fonte: PMF.

Os elementos constitutivos da cultura europeia, como janelas de madeira, e telhados de barro foram sendo acrescentados pouco a pouco nas casas da

população rural já miscigenada, gerando uma construção cabocla (Figura 13), forma de habitar dos tradicionais descendentes desse processo; o chamado “mané” ou “brasileirinhos” ou, ainda, “amarelos”. Todos, porém, passaram a se identificar como açorianos e a ter orgulho de sua origem no Arquipélago dos Açores. Esse ser antropológico, presente no interior da ilha e responsável pelas raízes da cultura local, está em processo de extinção.

Essa casa cabocla costuma ser híbrida, denunciando a miscigenação. Sob a aparência lusa, possui paredes de pau a pique e uso, apresentando detalhes mais próximos da cultura indígena, como o hábito de dormir em *esteiras* (Figura 12) de palha sobre o solo, cozinhar fora de casa etc. Dos africanos, essa habitação herdou o sincretismo religioso que mistura crenças católicas com africanas; daí a presença de altares e figuras místicas dentro das casas bem como as *grutinhas* (Figura 12) abrigando a imagem de um santo no lado externo.

Figura 12 – na esquerda esteira na direita grutinha



Fonte: Pinterest.

Figura 13 – casa cabocla remanescente



Fonte: Casa da Memória.

Essas quatro formas de habitar — a casa indígena a casa de negros ou quilombola, a casa do colono pobre e a casa do colono abastado — vão se fundir e se consolidar ao largo de 100 anos de estagnação da zona rural da ilha de Santa Catarina, com crescimento econômico, apenas, vegetativo. O que permanece presente (Figura 13) no imaginário

da população rural remanescente é expresso por meio de suas cantigas, seu linguajar, artesanatos e arte visuais, refletindo a passada vida cabocla. Os materiais e as tipologias habitacionais permanecem em algumas construções, ainda, presentes, corroborando essa afirmação (Figura 14). A grande e abrupta mudança virá nos anos setenta do século XX, com a chegada da globalização e o choque do chamado “desenvolvimento”.

Figura 14



Fonte: IPHAN.

3 Conclusão

Finalmente, mesmo diante da dificuldade de explicitar em um artigo a abrangência de uma investigação em curso, apresentamos a busca sobre o território da ilha de Santa Catarina, marcas do modo de habitar de sua população interiorana e seu reflexo na arquitetura rural.

Tentamos demonstrar que o desenvolvimento da história habitacional rural na ilha de Santa Catarina está intrinsecamente conectado à miscigenação de três culturas, a do colono português das ilhas atlânticas, a do aborígine da ilha brasileira e a cultura africana. É na arquitetura rural que se habita para explorar a terra. A combinação dos espaços residenciais e produtivos apresentam soluções variadas desde os antigos engenhos de farinha, passando pelas casas dos colonos até os dias de hoje com as presenças carregadas de referências ao passado. Os espaços para viver refletem a organização social de cada época.

A “Habitação na ilha de Santa Catarina” é uma investigação em curso que tem a intenção de estudar o processo de desenvolvimento socioespacial

e econômico, por meio da evolução histórica do modo de habitar da população envolvida sobre o território. A investigação ora em curso se estende até os dias atuais, analisando, criticamente, os prejuízos causados com o avanço dos serviços e o declínio rural, destruindo a paisagem rural e impondo transformações em seu patrimônio, material e imaterial, por meio de novos hábitos e modos de habitar.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Ilha de Santa Catarina: relatório de viajantes estrangeiros nos séculos XIII e XIX*. Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1979.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO INCRA EM SANTA CATARINA. Portaria reconhece território quilombola em Florianópolis (SC). *Imprensa.sc*, 1 ago. 2022.

RODRIGUES, O. Cabral. *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

RODRIGUES, O. Cabral. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1972. v. 1; 2.

CAMPOS, N. J. *Terras comunais na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC, 1991.

CLARO, Anderson *et al.* *Arquitetura indígena*. 2010. Monografia (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2010.

HORN FILHO, Norberto O. *et al.* *Texto explicativo para o mapa geológico e fisiográfico da ilha do Campeche, SC, Brasil*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2015.

POVOS indígenas em 1500. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/>. Acesso em: data de acesso.

PAULI, E. *A fundação de Florianópolis*. Florianópolis: Edeme, 1978.

PAULI, E. *Santa Catarina ao tempo das grandes descobertas marítimas*. In: NOME DO EVENTO, nº da ed., 1997a. [Anais...], Local do evento, 1997a. Dis-

ponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/SCcolonial/91sc0011.htm>. Acesso em: data de acesso.

PAULI, E. Aportamentos colonizadores. Enciclopédia Simpósio. *In*: NOME DO EVENTO, nº da ed., 1997a. [*Anais...*], Local do evento, 1997b. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/SCcolonial/91sc0069.htm>. Acesso em: data de acesso.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Brasil: Cia. das Letras, 1999.

RIBEIRO, Orlando. *Originalidade da expansão portuguesa*. Lisboa: GP, 1994.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Ed. Record, 1998.

SCARDUELLI, P. Índios viviam na costa catarinense há 910 anos. *Diário Catarinense, Economia*, Santa Catarina, p. 2, 12 sep. 1999.

STADEN, H. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1930.

SERRAGLIO, J. *Os engenhos do sertão do Peri na ilha de Santa Catarina*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.